

MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU

CONCURSO PÚBLICO

PROCURADOR

DIREITO

TRIBUTÁRIO

DIREITO DO TRABALHO E

PROCESSUAL DO TRABALHO

INSTRUÇÕES

- Observe o número máximo de linhas determinado para responder às questões.
- A prova deverá ser realizada com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
- As folhas de textos definitivos serão os únicos documentos válidos para a avaliação da Prova Discursiva. As folhas para rascunho constantes neste caderno de prova são de preenchimento facultativo e não valerão para tal finalidade.
- Não faça uso de corretivo ou de borracha nas folhas do caderno de resposta.
- Não assine, nem identifique qualquer folha do caderno de resposta.
- O valor de cada uma das questões será 25 (vinte e cinco) pontos. O número máximo de pontos das quatro questões de cada prova será igual a 100 (cem).
- A nota atribuída a cada questão da Prova Discursiva poderá variar de 0 (zero) a 25 (vinte e cinco) pontos.
- A avaliação abrangerá, além dos conhecimentos jurídicos, o domínio do tema jurídico expresso pela sua compreensão, fundamentação e consistência da argumentação; o domínio do padrão culto da língua portuguesa e dos princípios de produção de textos objetivos, claros e coesos.
- O material de uso permitido consiste apenas de legislação nacional não comentada, em código ou em separata, e será objeto de inspeção antes do início de sua realização quanto à existência de anotações não permitidas.
- Por anotações permitidas se entende tão-somente as remissões a dispositivos legais.
- Poderão ser utilizados os verbetes sumulares dos tribunais superiores, sem comentários.
- Será considerado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado.
- Receberá a nota zero: fuga ao tema, inexistência de texto e/ou de identificação em local indevido.
- A duração máxima da prova é de 6 h.

PROVA DISCURSIVA
Caderno de Questões



Realização
FUNDAÇÃO
JOÃO GOULART
INSTITUTO DE ESTUDOS DE ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

DIREITO TRIBUTÁRIO

Questão 1: (máximo de 120 linhas)

Comente sobre a possibilidade de incidência do ISS sobre a atividade de locação de bens móveis antes e depois da LC 116/03?

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

DIREITO TRIBUTÁRIO

Questão 2: (máximo de 120 linhas)

A União é proprietária de um bem imóvel desocupado localizado no Município de Nova Iguaçu. Por não pretender nele desenvolver qualquer atividade específica, a União celebra concessão de direito real de uso remunerada com um particular, que explora economicamente o bem. Pergunta-se se neste caso:

- O Município pode cobrar IPTU da União?
- O Município pode cobrar IPTU do particular?
- Se o contrato fosse de concessão de uso haveria alguma diferença?

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

DIREITO TRIBUTÁRIO

Questão 3: (máximo de 120 linhas)

Determinado Município, apesar de prever Fundo de Custeio de Iluminação Pública, aplica o produto da arrecadação da COSIP no pagamento de pessoal do Poder Executivo. Tendo conhecimento deste fato, o contribuinte X pleiteia a repetição do que pagou a título de tal contribuição. Como Procurador deste Município, comente o(s) argumento(s) que pode(m) ser utilizado(s) para se obter a improcedência do pedido.

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

DIREITO TRIBUTÁRIO

Questão 4: (máximo de 120 linhas)

Discorra sobre os limites da revisão do lançamento tributário exercida pelo Conselho de Contribuintes (órgão de segunda instância), no processo administrativo tributário.

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO

Questão 1: (máximo de 120 linhas)

A empresa privada X tem seu fundo de comércio incorporado por Sociedade de Economia Mista Municipal. Seus empregados são absorvidos pela Sociedade de Economia Mista.

Após doze anos, B, empregado oriundo da empresa incorporada, foi demitido e nada recebeu.

Diante disso, requereu administrativamente o pagamento de salários atrasados, férias não concedidas, 13º salário e depósitos do FGTS, referentes ao período em que trabalhou na Sociedade de Economia Mista, com fundamento no artigo 10 da CLT.

Encaminhado o expediente à Procuradoria Municipal como você se manifestaria sobre problema, tendo em vista os efeitos da incorporação sobre o contrato de trabalho e considerando os princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública?

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO

Questão 2: (máximo de 120 linhas)

O valor devido ao empregado público da Administração Direta por força do disposto no art. 137 da CLT está sujeito ao teto remuneratório de que trata o inciso XI do art. 37 da Constituição Federal? Fundamentar a resposta.

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO

Questão 4: (máximo de 120 linhas)

O ato de dispensa do empregado de uma empresa pública municipal que explore atividade econômica deve ser motivado pelo administrador? Responda procurando estabelecer a ponderação entre os princípios constitucionais que orientam a atuação da administração pública e aqueles inerentes ao direito do trabalho.

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO